



“Ensino de História e Identidades Regionais”

Coordenadores:

*Prof. Doutoranda Maria Lígia Isídio Alves & Prof. Doutorando
Gildivan Francisco das Neves*

**CONTRIBUTOS DA HISTÓRIA SOCIAL PARA A PESQUISA DA
HISTÓRIA LOCAL EM COMUNIDADES RURAIS: REFLEXÕES A
PARTIR DE EDWARD PALMER THOMPSON***

Me. Gildivan Francisco das Neves
PPGE/UFPB
gildivanneves@hotmail.com

Dr. Severino Bezerra da Silva
PPGE/UFPB
severinobsilva@uol.com.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões acerca das contribuições teóricas da História Social, a partir de Thompson (1987, 1998), para as pesquisas em história local em comunidades rurais que protagonizaram movimentos sociais pela posse da terra. Trata-se de um recorte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, na Universidade

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Federal da Paraíba – UFPB. Tal contributo reside em que permite adentrar ao universo das experiências, das resistências de trabalhadores e trabalhadoras rurais, antes invisibilizados/as pela historiografia tradicional, percebendo como, em seus cotidianos, foram fazendo-se enquanto partícipes de um coletivo, construtores de histórias, agenciando e conquistando a permanência na terra.

Palavras-chave: Pesquisa; História Local; Comunidades Rurais; História Social.

INTRODUÇÃO

Pensar as comunidades rurais, no Brasil, é remeter a um espaço historicamente permeado pela eclosão de conflitos agrários e de ações de resistência, protagonizados por trabalhadores rurais, almejando a permanência ou a conquista de um espaço para residirem, desenvolverem as suas atividades trabalhistas e construírem relações de sociabilidades. No entanto, tais capítulos de resistência acabam sendo silenciados, negligenciados em detrimento de conteúdos contemplados pela historiografia tradicional, de cunho eurocêntrico, perpassada por um viés positivista e que se debruça apenas nas histórias dos ditos “grandes nomes”, dos “grandes homens”, com seus “feitos heróicos”. Verificamos, então, a escrita de uma História centralizada nos ditos “grandes acontecimentos” e que esquece que também é feita por homens e mulheres dos diversos segmentos sociais.

Tal silenciamento pode ser percebido, também, nas aulas de História que acabam, em alguns casos, por privilegiar aspectos relativos à “História Geral” e não direcionam olhares para as histórias, memórias, narrativas do local ao qual os discentes pertencem, perdendo de vista acontecimentos que são fundamentais, inclusive, para entender as configurações atuais do território em que se inserem. Assim, torna-se, primaz, a construção de pesquisas, no campo da História, que contemplem a pluralidade de sujeitos que integram o tecido social e de territórios, partindo da compreensão de que

“A trajetória das pessoas e grupos sociais é marcada pela experiência, expressando o que há de mais ‘vivo na História’: as pessoas [...] assumindo o papel de sujeitos construtores do presente e do devir” (SILVA, 2003, p.28, grifo do autor).

O artigo surge, assim, a partir das inquietações em pensar contribuições de aportes teóricos que nos permitam construir uma História que aborda aspectos relativos ao global, mas que, também, toma como pedra de toque o local e as trajetórias dos

homens e mulheres dos diversos segmentos sociais em suas existências cotidianas. Constrói-se, ainda, atrelado a nossa dissertação de mestrado intitulada *História e Memória da “Luta do Povo de Alagamar”¹⁴⁶*: experiências de vida e construção de práticas educativas em diálogo com a Educação Popular, orientada pelo professor Dr Severino Bezerra da Silva e defendida em 2014, na linha de pesquisa em Educação Popular, no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, na Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Na dissertação, operamos no sentido de perceber, nas ações de resistência construídas pelos trabalhadores rurais de Alagamar em diálogo com segmentos externos que manifestaram apoio a causa, tais como um segmento da Igreja Católica, indícios que remetiam a práticas educativas em uma perspectiva de Educação Popular. Para tanto, teoricamente recorreremos a autores do campo da Educação Popular e, também, a História Social, a partir do historiador inglês Edward Palmer Thompson, tomando por base o conceito de experiência.

Considerando o exposto, o artigo, a partir de uma pesquisa bibliográfica em diálogo com a experiência de pesquisa elucidada, tem por objetivo apresentar algumas reflexões acerca das contribuições teóricas da História Social, a partir de Thompson (1987, 1998), para as pesquisas em história local em comunidades rurais que protagonizaram movimentos sociais pela posse da terra.

Para tanto, o texto foi organizado em dois momentos. A princípio tecemos algumas reflexões a respeito do trato com a história local. Em seguida, empreendemos uma breve caracterização da história social e apresentamos os seus contributos, especificamente, de Edward Palmer Thompson para a pesquisa acerca da história local de comunidades rurais.

PESQUISA/ENSINO EM/DE HISTÓRIA LOCAL EM COMUNIDADES RURAIS: ALGUMAS REFLEXÕES

¹⁴⁶A “Luta do Povo de Alagamar” foi um movimento social ocorrido na década de 1970, na comunidade rural de Alagamar, situada entre os municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana – PB, sistematizado e protagonizado por trabalhadores rurais que reivindicavam a permanência na localidade, mediante as crescentes ameaças de expulsão que estavam sofrendo. Diversas famílias residiam na comunidade rural, na condição de foreiros, quando em 1975, mediante a morte do proprietário, as terras passam a ser postas à venda e os moradores ameaçados de expulsão. Sistematizaram, então, o referido movimento social que culminou com a desapropriação de parte da propriedade e a permanência de tais sujeitos na localidade.

Pensar a realidade educacional brasileira contemporânea é remeter a um momento caracterizado por tensões, conflitos entre projetos educacionais que refletem tipos de sociedade e de sujeitos que se deseja constituir. Observamos, por um lado à emergência de perspectivas contra-hegemônicas de educação que, alicerçadas em uma leitura crítica, visam um repensar do ensino, do lugar do professor e do aluno e da relação que estabelecem, almejando a formação de cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, protagonistas históricos e sociais. Por outro lado, percebemos a busca por uma afirmação do modelo educacional hegemônico que, em muitos casos, não contempla a diversidade de ser, pensar e existir dos sujeitos.

Considerando tal diversidade e a necessidade de construir uma sociedade pautada no respeito à dignidade humana, na cidadania e na afirmação dos direitos humanos, advogamos a efetivação de um modelo educacional que prime pelo pluralismo, pelo reconhecimento das singularidades e especificidades dos sujeitos e dos contextos e territórios em que vivem seus cotidianos e atuam historicamente. Defendemos uma prática educacional pautada no exposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) quando apresenta, em seu artigo 3º que, dentre outros princípios, a educação deve ser pautada no pluralismo de ideias, de concepções pedagógicas, na liberdade, tolerância e na diversidade étnico-racial (BRASIL, 1996). Torna-se *mister*, também, a construção e afirmação de uma educação que esteja alicerçada na realidade histórica e cultural do Brasil e da América Latina, ou seja, uma educação contextualizada e coerente com as necessidades, realidades e expectativas dos espaços em que se efetiva, tendo em vista que o modelo educacional hegemônico vigente é pensado a partir de um olhar externo, ocidental, especificamente, europeu e colonizador.

Nesse sentido, nos reportamos a Paulo Freire, no livro *Educação como Prática da Liberdade*, quando a analisar, na década de 1960, a existência de uma sociedade brasileira em trânsito de um modelo societário e educacional fechado para outro mais aberto e democrático, nos apresenta que o tipo de colonização vivenciado no país, pautado em uma perspectiva comercial, na ausência de diálogo, não foi restrito apenas a uma forma administrativa, mas teve ressonâncias e heranças em nossa experiência democrática e no tipo de educação efetivado no país (FREIRE, 1967). Consideradas as devidas proporções contextuais, tais resquícios ainda são perceptíveis, principalmente, quando direcionamos um olhar para a maneira como algumas disciplinas, dentre elas, a

História, são desenvolvidas no âmbito da Educação Básica e visualizamos a hegemonia de um modelo de História quadripartite e de práticas de ensino que privilegiam conteúdos de uma “História Geral”, mas silenciam ou tratam de forma superficial aspectos relacionados ao local, as histórias dos discentes e seus cotidianos (SOUSA; SILVA, 2016).

Dentre os conteúdos não contemplados em sala de aula ou tratados de maneira superficial e/ou estereotipada, destacamos os capítulos de luta, de resistências, de sistematização de movimentos sociais protagonizados por trabalhadores rurais e que tiveram como palco diversas comunidades rurais espalhadas pelo território brasileiro. Pensarmos o espaço do campo, no Brasil, é remeter a um território marcado por tensões, conflitos, lutas em que muitos povos do campo agenciam pela conquista ou posse em um território para que possam desenvolver as suas atividades trabalhistas e cotidianas (SILVA, 2003). Ressaltamos que:

[...] os movimentos sociais se constituem em indicadores expressivos para a análise do funcionamento das sociedades. Traduzem o permanente movimento das forças sociais, permitindo identificar as tensões entre os diferentes grupos de interesses e expondo as artérias abertas inerentes aos mecanismos de desenvolvimento da sociedade. Em cada momento histórico, os movimentos sociais funcionam como indício das turbulências, apontando carências, insatisfações, necessidades coletivas, enfim, possibilitando a realização de um diagnóstico da situação social num dado momento histórico. (DAMASCENO, 2016, p.43).

Considerando a citação em comento, afirmamos ser o acesso e permanência a/na terra uma problemática central que perpassa temporalidades no Brasil tendo em vista que muitos dos movimentos sociais que eclodiram ou eclodem neste espaço tem como centralidade o questionamento da estrutura latifundiária e excludente sobre a qual o país foi construído. Destacamos, por exemplo, no ano de 1984, o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que decorridas mais de duas décadas de sua fundação, ainda tem suas bandeiras de luta atuais e necessárias para o contexto brasileiro contemporâneo e que se caracteriza como, de acordo com Lins (2016, p.23) “[...] um movimento continuador da luta histórica pela reforma agrária, como as ligas camponesas; denunciando as opressões e injustiças decorrentes das relações geridas pelo capitalismo [...]”. A referida autora destaca, também, que a luta pela reforma agrária é, em nossa historicidade, uma luta contínua que foi sendo ressignificada, repensada nos diversos contextos, agregando outros sujeitos e bandeiras (LINS, 2016).

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG

Percebemos, então, que a luta pela terra está intimamente imbricada com a História do Brasil. Não construir um modelo educacional e um ensino de História que problematize e visibilize tais lutas seria, assim, desconsiderar as “artérias abertas”, centrais que nos evidenciam não apenas aspectos da realidade do campo, mas que integram e apresentam indícios das contradições socioeconômicas e históricas sobre as quais fomos constituídos enquanto nação.

Em muitos casos, o ensino de História parece aproximar-se de uma perspectiva “bancária” de ensino, calcada em um verbalismo e pronunciar, por parte do docente, de palavras e conteúdos desconectados da realidade discentes. Na educação bancária, de acordo com Freire (2011, p.80) “[...] A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que deveria ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante”. O ensino de História passa, assim, a ser ausente de palavras que revelem leituras de mundos, de interpretações de realidades, de problematização e adquire a configuração de espaço de reprodução de conteúdos, doados aos discentes (que recebem a informação).

Como destaca Freire (2011, p.100, grifo do autor) “A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como *estão sendo* no mundo *com quem* e *em que* se acham”. Em tal diretiva e considerando o exposto, pensar um ensino de História problematizador é possibilitar que os discentes possam desvelar seus mundos, compreender as relações sociais e suas contradições, bem como tomar conhecimento da maneira que, enquanto cidadãos, “*estão sendo*” nos diversos contextos sociais ao qual pertencem.

No entanto, de encontro a tal proposta problematizadora, “Muitas vezes temos vivenciado um ensino de história e uma educação que impõem um arbitrário cultural, uma razão ou norma moral de validade universal [...]” (SOUSA; SILVA, 2016, p.197). Ao enfatizar apenas “grandes nomes e seus feitos”, o ensino de História passa a constituir-se como um local que nega a pluralidade de culturas e de histórias e acaba por apresentar tal disciplina como distanciada da realidade cotidiana dos discentes, contribuindo, assim, para que estes elaborem uma imagem negativada e apática para o seu estudo. A História ministrada na Educação Básica, muitas vezes, parece ser ausente de vida, presa apenas a fatos distantes no tempo e temporalidades com os quais os alunos apresentam dificuldades em dialogar tendo em vista a ausência de conexão com suas vivências e experiências. Assim, torna-se comum, o questionamento do sentido e

da “utilidade” do estudo da História e suas implicações práticas no cotidiano vivido. Nesse sentido,

É esta, pois, a visão de uma História que todos abominamos, mas que ainda é praticada nas nossas escolas e que nossos alunos tanto detestam, pois com razão: essa História nada lhes diz respeito – uma História distante de seu tempo presente, de suas experiências de vida, de suas expectativas e desejos... Sim, pois História também é emoção e vida e, infelizmente, nós professores, ainda não sabemos como trabalhar com nossas crianças e jovens a concepção de que História é experiência de vida. História é vida. (FERNANDES, 1995, p.45).

A História apresentada parece carecer de pluralidade e do entendimento que todos os segmentos sociais, em seus cotidianos e luta e resistência, são produtores de culturas e fazedores de histórias, tendo em vista que é no cotidiano que a História acontece (HELLER, 2008).

Partimos da compreensão de que para que os conteúdos relativos às comunidades rurais anteriormente destacados sejam visualizados na escola, sobretudo, no âmbito da disciplina de História, torna-se importante problematizar a própria pesquisa em História tentando entender porque tais memórias foram silenciadas, legadas a tônica do esquecimento. Nas palavras de Le Goff (2012, p.408) “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”. Nesse sentido, pensamos que tais silenciamentos não são neutros, mas possuem relação com o próprio projeto de sociedade que se deseja construir.

Foi com o intuito de contribuir com a visibilização dos capítulos das histórias protagonizadas no campo brasileiro, sobretudo, no que se refere aos movimentos sociais ocorridos em tal espaço, que desenvolvemos a pesquisa de mestrado mencionada, de maneira a contribuir para que as memórias relativas a uma ação coletiva do campo da envergadura da “Luta do Povo de Alagamar” não sejam esmaecidas. Assim, no item que segue apresentamos como operamos a partir da História Social e apontamos alguns contributos de Edward Palmer Thompson, observados na prática de pesquisa, para o trato com a história local de comunidades rurais que vivenciaram conflitos agrários.

HISTÓRIA SOCIAL, EDWARD PALMER THOMPSON E A PESQUISA EM HISTÓRIA LOCAL EM COMUNIDADES RURAIS: ALGUNS APONTAMENTOS

A partir dos anos 1930 percebemos um repensar do fazer historiográfico. Os documentos, temas e metodologias disponíveis ao historiador são ampliados, possibilitando direcionar um olhar para as histórias e memórias de segmentos sociais antes não visibilizados pela escrita da História tradicional, positivista, que priorizava em seus escritos apenas os “grandes homens” com seus feitos. Nesse sentido, os homens e mulheres “comuns”, em seus cotidianos, os denominados “vindos de baixo” ganham espaço nas pesquisas e escritos dos historiadores que tecem suas práticas balizados nos pressupostos da Escola dos Annales. De acordo com Le Goff (2012, p.515) “[...] Esta revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar”.

De acordo com Burke (1992), no contexto do século XIX, momento de hegemonia do Paradigma Positivista na escrita da História, existiam historiadores que elaboravam seus escritos numa perspectiva diversa da vigente. Nas palavras do autor “Mesmo no século XIX, alguns historiadores foram vozes discordantes. Michelet e Burckhardt, [...], tinham uma visão mais ampla da história do que os seguidores de Ranke” (BURKE, 1992, p.12). Porém, observamos que é no âmbito da Escola dos Annales, principalmente, a partir de Lucien Febvre e Marc Bloch que o fazer historiográfico é redimensionado.

A partir da Escola dos Annales é perceptível um esforço no sentido de repensar o fazer historiográfico, de maneira a trazer a tona não apenas os temas e protagonistas que ocupavam a centralidade da perspectiva tradicional de fazer História. Nesse sentido, a partir do alargamento das fontes, da concepção de documento, dentre outros elementos, passam a ser objeto do historiador os ditos “homens e mulheres comuns”. Assim, percebemos que entre os anos 1960 e 1980 os historiadores vinculados à referida escola francesa e os neomarxistas ingleses passam a englobar em suas pesquisas, estudos que objetivavam “[...] ver como as práticas e experiências, sobretudo dos homens comuns, traduziam-se em valores, idéias (sic) e conceitos sobre o mundo” (PESAVENTO, 2003, p. 32). Ou seja, tais historiadores direcionavam seus olhares a

entender como, a partir de suas experiências, os “homens e mulheres comuns” construam formulações, compreensões do mundo. De acordo com a autora citada,

[...] a análise classista foi alargada para uma análise dos subalternos [...] com uma série de inovações, que apontavam exatamente para o resgate dos significados que os homens conferiam a si próprios e ao mundo. Essa nova história social privilegiou a experiência de classe em detrimento do enfoque de lutas de classe, centrou a sua análise na estruturação de uma consciência e identidade e buscou resgatar as práticas cotidianas de existência. (PESAVENTO, 2003, p. 30).

Nesse sentido, a História Social toma como foco os sujeitos excluídos, tidos como “às margens”, os “vindos de baixo” que até então tinham suas experiências negligenciadas ou tratadas de maneira superficial (SHARPE, 1992). Nesse aspecto, a História Social se constituiu como um aporte teórico importante para refletirmos acerca da história local da comunidade rural pesquisada tendo em vista que os sujeitos que integravam o espaço pesquisado pertenciam a um segmento social excluído, oprimido, invisibilizados. Assim como Alagamar existem outras comunidades rurais que tem suas trajetórias marcadas por exclusões e marginalizações. O contato com o campo da História Social possibilitou entender que tais sujeitos também são fazedores de Histórias e que suas trajetórias e memórias muito tem a nos dizer a respeito das contradições a partir das quais o Brasil foi sendo constituído enquanto nação. Tal campo teórico nos permite, assim, construir objetos de investigação diversos.

De acordo com Darnton (1990, p.177) “[...] abriram-se tantas linhas de investigação que a história social parecia dominar a pesquisa em todas as frentes”. Assim, ao propor uma análise do social para além do econômico a História Social possibilitou uma ampliação dos objetos de interesse do historiador passando a abarcar, por exemplo, as tradições dos segmentos sociais populares. Nesse sentido, cabe destacar que:

Com especial força nas décadas de 1930 e 1940, a designação história social apareceria vinculada a uma abordagem culturalista, com ênfase nos costumes e tradições nacionais, em geral ligada ao pensamento conservador e produzia à margem das posições acadêmicas mais prestigiosas específicas dos historiadores. [...]. No espectro oposto, o avanço das ideias socialistas e o crescimento do movimento operário levou, um pouco em toda parte e mais especificamente na Inglaterra, a que se desenvolvesse uma história social do trabalho e do movimento socialista [...]. Por último, sob o signo dos Annales, desenvolvia-se, desde a década de 1930, uma “história econômica e social”. [...]. A oposição a historiografia rankiana e a definição do social se construía, assim, a partir de uma prática historiográfica [...] que propunha a história como ciência social. (CASTRO, 1997, p. 79).

Dentre os historiadores que construíram as suas análises historiográficas a partir da História Social, evidenciando o elemento da cultura, podemos destacar Edward Palmer Thompson (vinculado ao Partido Comunista, professor de escolas noturnas e próximo a historiadores como Eric Hobsbawm) tinha como base de seu estudo o movimento operário inglês. Para entender aspectos do cotidiano dos operários ingleses, no contexto da implantação do capitalismo, dentre eles como o novo sistema estava impactando nas tradições de tais sujeitos e as formas de resistências que adotavam frente as novas imposições, o historiador inglês recorreu a fontes diversas como cartas. Nesse sentido, Thompson (1998) observou que os operários ingleses resistiam ao referido cenário a partir do endossamento dos seus costumes. Sobre os objetos de investigação do autor, acrescentamos que constituíam um

[...] vasto campo que compreendia política popular, tradições religiosas, rituais, conspirações, baladas, pregações milenaristas, ameaças anônimas, cartas, hinos metodistas, festivais, danças, listas de subscrições, bandeiras e outras formas de expressão popular regra geral, desconsideradas pelos historiadores. Thompson estava particularmente interessado em observar por meio desse tipo de documentos a gestação de uma cultura popular em oposição à cultura das elites e as possíveis relações desse processo com a percepção de classe social. (MÜLLER; MUNHOZ, 2010, p. 35).

Nesse ponto, o contato com Edward Palmer Thompson levou-nos a observar os cotidianos dos trabalhadores rurais de Alagamar e, também, de outras comunidades rurais que foram espaços de conflitos pela posse da terra, como espaços de resistências, de agenciamento para enfrentar os novos cenários constituídos no campo a partir da entrada do ritmo de vida e de produção capitalista. O autor nos provocou a percorrer caminhos, aspectos da memória dos movimentos sociais do campo que, muitas vezes, não são vistos pelos historiadores.

Além dos elementos mencionados, convém ressaltar que, no âmbito da História Social, Edward Palmer Thompson ampliou a compreensão de classe, enfatizando, a partir do conceito de experiência, o fazer-se enquanto classe, ou seja, como em um momento histórico os sujeitos vão se percebendo enquanto partícipes de um processo histórico e de uma classe. Assim,

Mesmo mantendo uma análise classista, como seria de esperar dentro do marxismo [...] abandonou a clássica definição marxista – leninista, que identificava a classe pela posição ocupada junto aos meios de produção. Alargou o conceito, entendendo que a categoria deveria ser apreciada no seu

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG

fazer-se, no acontecer histórico, na sua experiência de classe [...]. O fazer-se de uma classe implicava observar os modos de vida e valores, implicava entrar nos caminhos da construção de uma cultura de classe. (PESAVENTO, 2003, p. 29).

A compreensão da classe enquanto um fazer-se, defendida pelo referido historiador inglês, nos possibilitou olhar para o movimento social pesquisado e perceber como as experiências dos trabalhadores rurais partícipes da ação coletiva, contribuíram para a construção de um sentimento de coletivo, de pertencimento a um grupo que estava vivenciando uma situação de opressão, de negação de direitos e que, em seus cotidianos, foram desenvolvendo um processo de conscientização, construindo leituras que possibilitaram problematizar a realidade vivida e agenciar na busca da construção de outra realidade.

Olhar para um movimento social do campo pelo prisma da História Social nos possibilitou entender as contradições existentes no campo brasileiro como reflexo de questões econômicas, mas, também, nos permitiu adentrar em aspectos da cultura, das trajetórias de vida, das experiências dos trabalhadores rurais que nos forneceram indícios para entender outros elementos que perpassam a luta pela posse da terra.

A História Social e o historiador Edward Palmer Thompson nos permitiram, assim, construir uma leitura do movimento social estudado que toma os sujeitos como protagonistas e escritores de suas histórias, em seus cotidianos e que compreende que

“A trajetória das pessoas e grupos sociais é marcada pela experiência, expressando o que há de mais “vivo na História”: as pessoas (homens, mulheres e crianças...) assumindo o papel de sujeitos construtores do presente e do devir” (SILVA, 2003, p. 28, grifos do autor).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conjuntura atual, o ensino e a pesquisa em História se encontram desafiadas a construir leituras da realidade que perpassem a esfera do “global”, do “geral” e adentrem nas minúcias do cotidiano, das experiências culturais e sociais dos mais diversos sujeitos em seus territórios de pertencimento. Percebemos, então, a necessidade de visualizar as narrativas de negros, indígenas, camponeses, mulheres, dentre outros segmentos sociais, que foram negligenciados ou estereotipados pela historiografia tradicional.

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG

O presente artigo constituiu-se como um esforço de apresentar, a partir de nossa experiência de pesquisa no contexto de um mestrado em Educação, algumas contribuições que a História Social, particularmente, Edward Palmer Thompson, nos forneceram para tecer uma prática investigativa que direciona olhares para uma comunidade rural palco de um movimento social pela posse da terra, de maneira a ultrapassar as leituras urbanocêntrica construídas para o campo que o consideraram como um espaço de atraso, de “improdutividade”, de ausência de fazedores de História.

O principal contributo da História Social remeteu a compreender o campo e, especificamente, a comunidade rural pesquisada como um espaço de escrita de histórias protagonizadas por homens e mulheres tidos como “comuns”, que carregavam em suas trajetórias as marcas da negação de direitos, mas que a partir de um processo de organização em um coletivo, conseguiram transformar as suas realidades. Nesse aspecto, Edward Palmer Thompson ocupou um lugar central para entendermos como foi sendo construído o sentimento de pertencimento ao grupo, bem como foram elaboradas, a partir das experiências de vida, de luta, dos trabalhadores rurais partícipes do movimento social, estratégias de resistência, de enfrentamento ao cenário que se instaurava e que ameaçava a continuidade dos costumes, das tradições e dos ritmos de vida da/na localidade.

Partindo da experiência de pesquisa vivenciada e das leituras feitas a respeito da História Social e dos escritos de Edward Thompson, pensamos que o referido campo teórico e autor se constituem como uma possibilidade significativa para o empreendimento de análises históricas acerca das trajetórias, da história local e memórias das comunidades rurais que protagonizaram os capítulos de luta pela posse da terra no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.9394, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 6 Ago. 2018.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929 – 1989**: a revolução francesa da historiografia. 2 ed. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFA, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DAMASCENO, Maria Nobre. Movimentos Sociais: contextualização e práticas organizativas. In: FIGUEIREDO, João B. de Albuquerque; VERAS, Clédia Inês Matos; LINS, Lucicléa Teixeira (Org.). **Educação Popular e Movimentos Sociais: experiências e desafios**. Fortaleza: Impreco, 2016. p. 34 – 59.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um lugar na escola para a história local. **Ensino em Re-vista**, v. 4, n. 1, p. 43 – 51, jan./dez, 1995. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/7809>> . Acesso em: 14 set. 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra: 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad: Bernardo Leitão [et.al]. 6 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

LINS, Lucicléa Teixeira. Teorias sobre os movimentos sociais: projetos de sociedade em disputa. In: FIGUEIREDO, João B. de Albuquerque; VERAS, Clédia Inês Matos; LINS, Lucicléa Teixeira (Org.). **Educação Popular e Movimentos Sociais: experiências e desafios**. Fortaleza: Impreco, 2016. p.12 – 33.

MÜLLER, Ricardo Gaspar; MUNHOZ, Sidnei J. Edward Palmer Thompson. In: LOPES, Marcos Antônio; MUNHOZ, Sidnei J. (Org.). **Historiadores de Nosso Tempo**. São Paulo: Alameda, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SHARPE, Jim. A História vinda de baixo. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG

SILVA, Severino Bezerra da. **Assentamentos rurais: territórios de conflitos e sociabilidade camponesa** (Um estudo de caso no município de Araruna – PB). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003. [Tese de Doutorado].

SOUSA, Israel Soares de; Silva, Severino Bezerra da. Por um ensino de História referenciado na Educação Popular. **Revista História Hoje**, v.5, n.9, p. 182 – 204, 2016. Disponível em: <http: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/32>>. Acesso em: 15 Jan. 2018.